

A dimensão internacional das eleições parlamentares ucranianas

The international dimension of parliamentary elections in Ukraine

Luis Fernando de Moraes y Blanco

Resumo

No final do mês de março de 2006, ocorreram as primeiras eleições parlamentares ucranianas pós-Revolução Laranja. O objetivo deste artigo é discutir a relevância internacional do resultado dessas eleições e da formação da coalizão decorrente desse resultado e que vai determinar a futura configuração do governo ucraniano. Após a Revolução Laranja, o cenário resultante de tais eleições parlamentares gera efeitos importantes não só para a Ucrânia, mas também para outros atores, como a Rússia e a União Européia, que mantêm relações com esse país, o que faz deste assunto uma questão relevante das relações internacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Ucrânia; Revolução Laranja; Eleições parlamentares; Guerra do gás; Rússia; União Européia.

No dia 26 de março de 2006, foram realizadas na Ucrânia as primeiras eleições parlamentares após a Revolução Laranja, episódio que se tornou um marco na história daquele país. A Revolução Laranja permitiu o rompimento de um sistema governamental caracterizado por uma grande afinidade com o governo de Moscou, algo que se mantinha desde a declaração de independência do país em 1991.

Levando-se em consideração somente a Revolução Laranja, que permitiu a ascensão de Víktor Yushchenko ao cargo de presidente do país, já se pode perceber uma mudança interessante da postura ucraniana no cenário internacional. Entretanto, em um contexto de pós-Revolução Laranja e de entrada em vigor de alterações constitucionais que garantem ao primeiro-ministro enorme acréscimo de poder em detrimento do presidente, as eleições parlamentares ucranianas colocam-se como um novo marco histórico para o país, a partir do momento em que podem vir a consolidar a Ucrânia "laranja" no poder e, conseqüentemente, manter a postura direcionada a uma aproximação com o Ocidente, o que gera efeitos relevantes no âmbito internacional.

Nesse contexto, a primeira seção deste artigo visa elaborar um histórico da Ucrânia desde sua independência até o período imediatamente posterior às eleições parlamentares de março. Assim, busca-se destacar as mudanças pelas quais o país passou nos últimos anos, marcadamente a importância da Revolução Laranja na reconfiguração de poder nesse país.

Em seguida, busca-se apresentar os efeitos concretos decorrentes da Revolução Laranja no âmbito internacional. Dessa maneira, procura-se apresentar elementos que venham demonstrar a importância desse novo governo ucraniano para as relações externas da Ucrânia e que permitem analisar, na seção seguinte, a importância no âmbito internacional da realização dessas eleições parlamentares ucranianas.

Posteriormente, baseando-se em notícias retiradas do *site* do jornal **Ukrayinska Pravda**, busca-se apresentar o processo de discussão em torno da formação da coalizão no Parlamento ucraniano. Dessa maneira, destaca-se a complexidade do processo pelo qual vem passando a Ucrânia na caracterização de seu perfil doméstico e externo.

Finalmente, termina-se este artigo com uma conclusão que visa retomar os elementos apresentados ao longo do texto e destacar a importância do tema em questão no que concerne às relações internacionais.

Cabe destacar que, em virtude de o tema ser bastante recente, mesmo sobre a Revolução Laranja há um volume escasso de trabalhos acadêmicos acessíveis, foram utilizados como fontes principalmente sites de jornais e de

agências de notícias. Todavia, um acompanhamento extensivo da atividade política do país foi realizado com o objetivo de obter-se um volume de dados que permitisse a realização de um artigo que levasse em conta a complexidade do tema que se busca analisar.

Da independência às eleições de março

Em 1991, a Ucrânia declarou sua independência em relação à União Soviética. Todavia, essa independência não gerou uma mudança substancial na sua postura externa. De fato, durante a presidência de Leonid Kravchuk e, posteriormente, a partir de 1994, de Leonid Kuchma, a Ucrânia permaneceu voltada para seus antigos parceiros em uma postura de eterna proximidade com a Rússia. Até mesmo a política externa de Kuchma em direção à Europa era atrelada a sua relação com a Rússia, em algo que foi chamado de “returning to Europe with Russia” (KUZIO, 2005, p. 492).¹

Outros elementos fundamentais da administração de Kuchma foram: corrupção, ausência de elementos democráticos, como eleições e liberdade de imprensa, e a presença constante de auxílio russo na sustentação de um governo que mantinha a Ucrânia inserida na área de influência russa. Por exemplo, uma das práticas pelas qual a Rússia auxiliava o governo ucraniano era através dos “temnyky”: instruções secretas enviadas às redes de televisão sobre o que deveria ser noticiado (KUZIO, 2005, p. 493). Contudo, essas práticas que ajudaram a manter o governo de Kuchma no poder foram responsáveis por seu fim.

As práticas criminosas da administração Kuchma foram reveladas no episódio conhecido como “Kuchmagate”. Em novembro de 2000, o guarda presidencial Mykola Melnychenko divulgou trechos de fitas gravadas no gabinete presidencial e que, entre outras ações criminosas do presidente, evidenciaram a participação desse no assassinato do jornalista opositor Heorkiy Gongadze e no atentado terrorista ocorrido durante as eleições presidenciais ucranianas de 1999, no qual as autoridades acusaram o principal oponente de Kuchma de envolvimento na operação, desacreditando-o e garantindo, assim, a re-eleição do presidente em exercício. Contudo, mesmo com a divulgação desse material incriminador, o controle do governo sobre os meios de comunicação e sobre os mecanismos que o poderiam ter incriminado garantiram sua permanência no poder.

¹ “This new foreign policy line, which was influential among oligarch groups close to Kuchma, seeks to coordinate foreign policies of Ukraine and Russia vis-à-vis the West, NATO, and the EU” (KUZIO, 2005, p. 492).

O resultado, entretanto, foi diferente nas eleições de novembro e dezembro de 2004, o que viria a desencadear a Revolução Laranja. Cabe destacar que Víktor Yushchenko, líder do bloco “Nossa Ucrânia”, de oposição ao candidato governista Víktor Yanukovich nas eleições presidenciais de 2004, surge no cenário político ucraniano como primeiro-ministro do governo Kuchma, sendo responsável por um período de grandes reformas na economia ucraniana e que permitiram um período de amplo crescimento via medidas de controle da inflação, introdução de controles fiscais e de controle sobre a receita advinda de privatizações (KARATNYCKY, 2005). Ademais, uniu-se a uma grande empresária do ramo de energia, Yulia Timoshchenko, e juntos, em somente um ano, os dois conseguiram reaver um bilhão de dólares desviados pelos oligarcas do ramo de energia (KARATNYCKY, 2005). Assim, com a presença de Yushchenko à frente do cargo de primeiro-ministro, a Ucrânia passou a viver um período de importantes reformas e maior prosperidade com relação aos anos anteriores. Nesse contexto, os chamados “oligarcas” passaram a pressionar Kuchma pela saída de Yushchenko, o que, mesmo com a reprovação da maioria da população, foi feito em maio de 2001. Somente dezoito meses após ser empossado como primeiro-ministro, Yushchenko foi retirado de seu cargo e, assim, passou a figurar na oposição do governo.

Vários são os fatores que fizeram com que a maior parte da população passasse a acreditar no nome de Yushchenko para a Presidência do país, como as denúncias de corrupção do caso “Kuchmagate”, o fato de que o crescimento econômico do país não era acompanhado por uma distribuição igualitária desse crescimento entre a população, a presença de uma mídia independente, entre outros. O fato, porém, que desencadeou a Revolução Laranja foi a constatação de fraude eleitoral em favor da vitória do primeiro-ministro Víktor Yanukovich no segundo turno das eleições presidenciais em 21 de novembro de 2004. Enquanto as pesquisas apontavam uma vitória tranquila de Yushchenko com 52% dos votos contra 43% dos votos a favor de Yanukovich, a Comissão Eleitoral Central do país declarou a vitória de Yanukovich por uma diferença de 2,5% dos votos.

Com a constatação de fraude eleitoral, no dia seguinte, Yushchenko declarou-se presidente e clamou pela realização de protestos em favor de sua vitória, no que foi atendido. Finalmente em 26 de dezembro de 2004, o segundo turno das eleições foi novamente realizado, e, posteriormente, a vitória de Yushchenko foi declarada por 52% dos votos a favor contra 44% de Yanukovich. Mesmo não aceitando o resultado da eleição, Yanukovich abandonou seu cargo de primeiro-ministro.

Em janeiro de 2005, Yushchenko foi empossado como presidente e, no mês seguinte, assumiu o cargo de primeira-ministra Yulia Tymoshenko. Contudo, o governo de Yushchenko viria a sofrer com sérios problemas. Primeiramente, em setembro, denúncias de corrupção foram feitas e acabaram por gerar a demissão de Yulia Tymoshenko do cargo de primeira-ministra, com a posterior ocupação desse cargo por Yuri Yekhanurov. Além disso, houve uma queda da taxa de crescimento econômico do país de 12% em 2004 para 5% em 2005. Ainda, houve a crise do gás entre Ucrânia e Rússia, a qual será analisada posteriormente. Finalmente, e em razão do resultado negociado pelo governo para essa crise e pelo fato de que, a partir de janeiro, começaram a vigorar alterações constitucionais acordadas durante a Revolução Laranja que diminuíram os poderes do presidente e aumentaram os poderes do Parlamento, o governo de Yekhanurov recebeu uma moção de censura da Verkhovna Rada (Parlamento) e foi alijado do poder, apesar de ter sido acordado que permaneceria em suas funções até as eleições parlamentares de março e a constituição de um novo governo. Ou seja, o que se tem é a formação de um contexto bastante desfavorável para Yushchenko e seu bloco “Nossa Ucrânia”.

De fato, as pesquisas de opinião anteriores às últimas eleições parlamentares apontavam dificuldades para o bloco de Yushchenko e duas eram as forças que poderiam superar o bloco governista: o Partido das Regiões e o BYuT (Bloco de Yulia Tymoshenko). E as eleições comprovaram o que apontavam as pesquisas: o maior número de votos foi dado ao Partido das Regiões, em segundo lugar ficou o BYuT, e o bloco “Nossa Ucrânia” de Yushchenko ficou apenas com o terceiro lugar na preferência dos eleitores. Contudo, para a infelicidade do Partido das Regiões, o maior número de votos não significou maioria no Parlamento, uma vez que se iniciou a discussão em torno de uma coalizão entre o BYuT, o “Nossa Ucrânia” e o Partido Socialista, levando em consideração que a coalizão deveria ser formada em até 30 dias após o início dos trabalhos por parte do novo Parlamento eleito. O ponto principal de discussão girava em torno de quem seria apontado como primeiro-ministro, o que deveria ser feito em até 30 dias após a formação da coalizão, sendo que o BYuT pressionava para que Yulia Tymoshenko fosse eleita nova primeira-ministra. De qualquer maneira, tudo apontava para o fato de que o futuro governo manteria as diretrizes de ação que vinham sendo aplicadas por Yushchenko no pós-Revolução Laranja, apesar da existência de certas divergências entre os blocos que discutiam a formação da coalizão em determinados temas específicos.

Revolução Laranja e as relações internacionais

A fim de discorrer sobre a relevância das eleições parlamentares ucranianas de 2006 para as relações internacionais, cabe, primeiramente, abordar a relevância da Revolução Laranja no cenário internacional.

Apesar de, como aponta Viktor Stepanenko, a Revolução Laranja poder ser considerada pela opinião pública ucraniana principalmente uma luta consciente do povo unido na proteção de seus direitos (STEPANENKO, 2005, p. 597), foi inegável a visão da vitória do bloco laranja como uma mudança de postura de política externa ucraniana em direção a um distanciamento em relação à Rússia e de aproximação com o Ocidente. De fato, fazia explicitamente parte da plataforma eleitoral do bloco laranja o discurso em favor de redirecionamento da Ucrânia rumo a uma maior proximidade com o Oeste desenvolvido. Isso fez com que o governo de Putin na Rússia explicitamente apoiasse a candidatura de Yanukovych, tendo até participado, como mostram algumas evidências, diretamente de ações perpetradas em conjunto com o governo de Kuchma, com o objetivo de minar a oposição laranja, como seu envolvimento no envenenamento de Yushchenko por dioxina e a articulação de um atentado à bomba que visava atingir figuras importantes da oposição, mas que foi impedido a tempo.

Com a subida de Yushchenko ao poder, uma série de objetivos passou então a fazer parte da agenda do governo ucraniano, como o aumento das relações com a União Européia e a entrada da Ucrânia na União no futuro, o reconhecimento da economia ucraniana como uma economia de mercado – condição para a sua entrada na Organização Mundial do Comércio –, a entrada da Ucrânia na OTAN, o fortalecimento do bloco GUAM (Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia) (KUZIO, 2005). Assim, um primeiro efeito da Revolução Laranja no cenário internacional vem sendo o enfraquecimento da área de influência russa constituída pelas ex-repúblicas soviéticas. Esse fato por si só gera outros efeitos relevantes no ambiente internacional.

Cabe destacar que a postura de “libertação” ucraniana em relação à Rússia e de busca de Yushchenko pela inserção da Ucrânia no mundo Ocidental não foi de maneira alguma aceita pelo governo Putin, o que se refletiu na política externa russa pós-Revolução Laranja. Como aponta Taras Kuzio (2005, p. 511-513), a atitude russa em relação ao governo Yushchenko caracteriza-se por cinco elementos: apoio a nova oposição na Ucrânia, agora representada pelo Partido das Regiões; garantia de asilo a indivíduos leais ao governo de Kuchma; política de bloqueio ao governo ucraniano, o que se expressou na recusa em remover o nome da ex-primeira-ministra Yulia Tymoshenko

da lista de procurados pela Interpol, o que fazia com que ela não tivesse autorização para adentrar em território russo e exercer negociações com o governo russo; política de desinformação, como a divulgação na imprensa russa de outras teorias sobre o episódio de envenenamento de Yushchenko; e disputa em torno de questões energéticas. Em especial, este último elemento merece destaque.

A “guerra do gás” foi um fato bastante importante na configuração de um cenário de enfraquecimento da imagem de Yushchenko na liderança do país e que contribuiu para o fraco desempenho do “Nossa Ucrânia” nas últimas eleições parlamentares. Esse episódio consistiu em divergências entre Rússia e Ucrânia no que diz respeito ao preço cobrado à Ucrânia pelo gás produzido pela empresa russa Gazprom (o governo russo possui 51% da empresa). Cabe aqui destacar que a Gazprom é responsável por suprir cerca de 50% do gás consumido pela União Européia e 77% do gás consumido na Ucrânia. Ademais, 20% do gás consumido pela União Européia é produzido na Rússia, e 80% desse gás passa por gasodutos ucranianos para chegar a seu destino.

Nesse contexto, quando a Rússia passou a exigir que a Ucrânia passasse a pagar preço de mercado pelo gás, o que faria com que a Ucrânia deixasse de pagar US\$ 50 e passasse a pagar US\$ 230 por 1.000 metros cúbicos de gás, uma crise se instaurou, e seus efeitos logo viriam a afetar não só os dois países envolvidos diretamente na questão. Em 13 de dezembro de 2005, a Rússia ameaçou cortar o suprimento de gás para a Ucrânia caso esse país não aceitasse pagar o preço demandado pelos russos; após a não-resolução de um acordo entre as partes, em 1º de janeiro desse ano, a Rússia cumpriu com sua ameaça e cortou o suprimento de gás para a Ucrânia, o que logo fez com que as reservas de outros países europeus começassem a cair. Em 3 de janeiro, a União Européia clamou pela resolução do impasse, o que foi acordado no dia seguinte.

Dessa maneira, finalmente ficou acordado que a Gazprom venderia gás à Ucrânia por um preço final de US\$ 95 por 1.000 metros cúbicos nos próximos cinco anos, e que a Ucrânia compraria gás da empresa Rosukrenergo, registrada na Suíça e a qual possui metade de seu controle acionário nas mãos da Gazprom. Assim, a Gazprom venderia gás à Rosukrenergo por um preço de US\$ 230 por 1.000 metros cúbicos; contudo, também venderia à Ucrânia gás proveniente do Turcomenistão por um preço bastante baixo, o que garantiria o preço médio de US\$95 pelos 1.000 metros cúbicos de gás. Ainda, foi aceito pela Ucrânia um aumento de 47% no preço pago com o fim de transportar gás para outros países europeus.

No que diz respeito à postura russa para com a Ucrânia sobre a questão do gás, duas visões divergentes podem ser aplicadas. De um lado, existe o discurso russo de que o fim do preço privilegiado cobrado pelo gás à Ucrânia é uma exigência de mercado. Por outro lado, há a visão distinta, defendida por exemplo por Margot Light, da *London School of Economics*, que vê a postura russa em relação ao gás como retaliação a um país que foge da área de influência russa.² Como destaca a analista, países que se retiraram da esfera de poder russa, como Geórgia e Armênia, também sofreram aumento no preço cobrado pelo gás, e países que permaneceram sob a esfera de influência russa, como a Bielorrússia, mantêm seus privilégios no preço do gás. Respalhando essa segunda forma de analisar a questão, cabe destacar que a Rússia ofereceu à Ucrânia preços baixos pelo gás vendido pela Gazprom em troca da venda dos gasodutos ucranianos para a empresa, o que pode ser visto como uma maneira de a Rússia continuar influenciando internamente no Estado ucraniano. Assim, o que se pode constatar desse episódio da “guerra do gás” é que a Revolução Laranja, além de evidentemente influir nas relações entre Rússia e Ucrânia, não se limita à esfera de relações entre ex-repúblicas soviéticas, podendo gerar conseqüências importantes para outros atores, como, no caso, países da União Européia. De fato, cabe destacar que esse acontecimento despertou a atenção dos líderes europeus para a dependência energética européia em relação aos gasodutos ucranianos, já existindo novos projetos para que a Europa possa ter sua demanda por gás suprida sem a necessidade de utilização dos gasodutos que passam pela Ucrânia.

A relevância das eleições parlamentares ucranianas no âmbito internacional

Na última seção, buscou-se chamar a atenção para a importância da Revolução Laranja em âmbito internacional. Assim, mostrou-se como a mudança de governo na Ucrânia pode ser considerada relevante no plano internacional, uma vez que introduziu uma postura que permitiu uma aproximação do país com o Ocidente, uma política de afastamento da órbita de poder russa e uma conseqüente reação russa em razão do enfraquecimento de sua área de influência composta pelas ex-repúblicas soviéticas, a qual não se deve somente pela Revolução Laranja, mas também pela existência de movimentos internos de caráter pró-ocidental em outras repúblicas soviéticas, o que Kuzio chama de “colored revolutions” (KUZIO, 2005, p. 514).

² O argumento da autora é extraído do site da BBC, <<http://www.bbc.com>>. Acessado em: 29 abr. 2006.

Nesse contexto, pode-se finalmente discutir a relevância internacional das últimas eleições parlamentares ucranianas. Antes de tudo, cabe destacar que, como anteriormente mencionado, após a entrada em vigor de alterações constitucionais, a figura do primeiro-ministro ucraniano teve seu poder bastante aumentado, o que torna as eleições parlamentares de importância fundamental para o futuro do país.

Dessa maneira, o resultado das eleições e, principalmente, a consequente coalizão a ser formada no Parlamento, coloca-se como uma questão relevante a partir do momento em que determina a formação de uma maioria no Legislativo do país e a escolha da figura que ocupará o cargo de primeiro-ministro e que então vai governar de fato. Com efeito, a grande dúvida que se colocava no que dizia respeito a essas eleições era se o Partido das Regiões obteria um número relevante de cadeiras no Parlamento, o que o colocaria em uma posição que talvez permitisse a nomeação de Yanukovich para o cargo de primeiro-ministro, o que para alguns analistas significaria para a Ucrânia uma negação das mudanças trazidas por Yushchenko e um retorno à situação existente antes da Revolução Laranja, até com um retorno à postura anterior adotada em relação ao Ocidente e à Rússia. Por outro lado, caso a vitória permanecesse com o atualmente fragmentado bloco laranja, estaria constatado que a nova postura adotada a partir da Revolução Laranja estaria mais que definitivamente legitimada e consolidada.

Contudo, algumas considerações devem ser feitas. Primeiramente, caso o Partido das Regiões assumisse o poder, não se pode imaginar que a Ucrânia regressaria a uma situação pré-revolucionária. Apesar de ser um partido pró-Rússia, é importante destacar que Yanukovich teria de conviver com a presença de Yushchenko na Presidência, sendo esse o responsável pela política externa ucraniana, o que tornaria difícil a retomada de uma inserção ucraniana na esfera de poder russa. Todavia, de fato o controle do Parlamento pelo Partido das Regiões dificultaria bastante o trabalho de Yushchenko e a aceitação de propostas do fragmentado bloco laranja.

Por outro lado, a formação de uma coalizão entre o “Nossa Ucrânia” e o BYuT permitiria a continuidade de políticas de promoção da democracia, combate à corrupção, reforma econômica, entre outras, bem como da linha de política externa que vinha sendo aplicada por Yushchenko. Cabe aqui destacar que existem poucas divergências no que concerne à política externa entre o BYuT e o “Nossa Ucrânia”, sendo talvez a mais relevante a referente à entrada da Ucrânia na OTAN.

Portanto, no que se refere à postura ucraniana no âmbito internacional, a real importância das eleições parlamentares ucranianas desse ano diziam

respeito à possibilidade de estabelecimento de uma coalizão no Parlamento que viesse a permitir o contínuo desenvolvimento do Estado ucraniano do ponto-de-vista econômico, democrático, de estruturação do Estado, entre outros, e que garantiria a sustentabilidade de uma postura externa que gerasse conseqüências relevantes no cenário internacional. Entre essas conseqüências, podemos citar: maior presença da União Européia e dos EUA no Leste Europeu tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista econômico; o enfraquecimento da esfera de influência russa no âmbito da Comunidade dos Estados Independentes e a conseqüente realização de ações por parte do governo russo para recuperar e fortalecer seu poder no sistema internacional; o incentivo à democracia no espaço pós-soviético e a conseqüente ocorrência de outras “colored revolutions”, nos moldes das ocorridas na Ucrânia, na Geórgia e no Quirguistão.

A formação da coalizão parlamentar

A partir do que foi discutido na última seção deste artigo, parece ser relevante a apresentação do processo político que vem sendo estabelecido na Ucrânia desde o estágio inicial de discussões em torno da formação da coalizão no Parlamento ucraniano e do gabinete de governo. Além disso, outros fatos que vêm acontecendo enquanto ocorrem as discussões em torno da formação da coalizão e do gabinete de governo também merecem ser destacados.

Como anteriormente mencionado, no período pós-eleitoral, esperava-se que as discussões em torno da formação de uma coalizão no Parlamento ucraniano fossem se dar entre três partidos: o “Nossa Ucrânia”, o BYut e o Partido Socialista da Ucrânia (PSU). De fato, essas três forças políticas iniciaram negociações; contudo, ao longo do tempo, o que se teve foi um período de intensas negociações e pouco consenso.

Realmente, a falta de consenso no bloco laranja baseou-se na disputa entre os três partidos que o compõem, no que diz respeito à divisão de cargos importantes, principalmente no que concerne ao preenchimento dos cargos de primeiro-ministro e de presidente do Parlamento.³ Cabe destacar que, após a sessão inaugural do Parlamento, que ocorreu no dia 25 de março de 2006, até meados de junho do mesmo ano, três recessos foram declarados nas atividades parlamentares, a fim de que as negociações em torno da formação da coalizão pudessem avançar. Ressalta-se que a data limite para a aprovação da concretização de uma coalizão era o dia 24 de junho, e que, se nenhum

³ Parliamentary speaker.

resultado positivo fosse atingido até então, o presidente Yushchenko poderia dissolver o Parlamento e convocar novas eleições parlamentares.

Nesse contexto de escassez de tempo e de impossibilidade de formação de um consenso entre os partidos constituintes do bloco laranja, o “Nossa Ucrânia” passou a negociar em duas frentes: enquanto mantinha a tentativa de diálogo com o BYuT e o SPU, iniciou negociações com seu antigo opositor, o Partido das Regiões, o qual, desde o início das discussões em torno da formação da coalizão no Parlamento ucraniano, vinha sendo alijado do processo. Todavia, essa aproximação entre o Partido das Regiões e o “Nossa Ucrânia” acabou ocasionando tensões mais latentes no bloco laranja. Yulia Tymoshenko não viu de maneira positiva o posicionamento de certa maneira ambíguo do “Nossa Ucrânia”, opondo-se a qualquer possibilidade de união por meio de uma coalizão entre Partido das Regiões e o BYuT. Clamando pela união de uma aliança pró-ocidental, Tymoshenko declarou que a formação de uma coalizão parlamentar que incluísse o Partido das Regiões imediatamente geraria o posicionamento do BYuT como partido de oposição.

Apesar de o “Nossa Ucrânia” manter as negociações em duas frentes, a partir do momento em que se iniciam as negociações com o Partido das Regiões, a imprensa ucraniana parece expressar que o que antes parecia impossível poderia vir a se tornar realidade mais concreta: uma coalizão que unisse o “Nossa Ucrânia” e o Partido das Regiões. Todavia, o que se tem é um bloqueio nos progressos das duas frentes de negociação. No que diz respeito às negociações com o Partido das Regiões, estabelece-se uma divergência focada em quatro temas principais: o reconhecimento da língua russa como segunda língua oficial, a desistência ou não de uma política de entrada na OTAN, a idéia de um Estado federalista e a participação ucraniana na Área Econômica Comum (AEC). Contudo, a principal disputa nessa frente também concerne ao cargo de primeiro-ministro: o “Nossa Ucrânia” passa a declarar que a formação de qualquer coalizão que não incluía o bloco laranja como um todo faz com que o partido imponha a condição de preencher com um de seus membros a vaga de primeiro-ministro, o que vai de encontro às aspirações do Partido das Regiões de ocupar esse cargo. Por outro lado, as negociações com o BYuT e com o SPU também não avançam. Por um lado, há a discordância com o BYuT, uma vez que Tymoshenko demanda o controle do gabinete de ministros e nega-se a aceitar o controle nacional do mercado de petróleo pelo “Nossa Ucrânia” via Ukrnafta. Por outro lado, há conflitos em outros temas com o SPU, como a questão da entrada da Ucrânia na OTAN e questões de venda de terras. Além disso, há manifestações dos dois partidos no que diz respeito a tornarem-se oposição caso haja a concretização da

coalizão entre o “Nossa Ucrânia” e o Partido das Regiões. Contudo, cabe destacar que, ao mesmo tempo, os dois partidos manifestam-se para que de qualquer maneira uma coalizão seja acordada, mesmo que isso signifique a união entre o “Nossa Ucrânia” e o Partido das Regiões. O SPU passa a destacar que a pronta formação da coalizão é necessária em virtude de sinais econômicos alarmantes como a queda da produção industrial em determinados setores, o baixo crescimento do PNB e o aumento dos preços e da inadimplência. Já o BYuT passa a declarar que a anarquia proveniente da não-formação da coalizão seria pior para o país do que uma coalizão entre o “Nossa Ucrânia” e o Partido das Regiões.

Ainda durante esse período conturbado, Yulia Tymoshenko dá uma entrevista em uma rede de televisão ucraniana e declara que, caso houvesse a concretização da aliança entre o Partido das Regiões e o “Nossa Ucrânia”, ela lançaria sua candidatura para as eleições presidenciais de 2009. Ainda, critica a postura do presidente Víktor Yushchenko de não participar de maneira efetiva das negociações em torno da coalizão e afirma que de fato o presidente não sabia com quem seu partido deveria formar uma coalizão. Posteriormente, em aparição na mesma rede de televisão, Yushchenko defende-se das acusações perpetradas por Tymoshenko e afirma que é favorável a uma coalizão laranja, porém afirma também que não quer ser apenas o presidente de uma Ucrânia laranja, mas de toda a Ucrânia. Além disso, posteriormente, em discurso proferido à nação, Yushchenko levanta os seguintes pontos que parecem ser relevantes: defende o fato de que o presidente não é participante direto nas negociações para formação da coalizão, reafirma seu apoio à coalizão democrática laranja e apresenta dados concernentes ao desempenho econômico ucraniano que vão de encontro aos propalados discursos de temor a esse respeito.

Enquanto isso, há uma iniciativa proposta pelo “Nossa Ucrânia” de formação de uma coalizão ampla que una o bloco laranja e o Partido das Regiões. Todavia, a resposta de Tymoshenko é clara: “We disagree; Party of the Regions is a clan devolved to Ukraine by Kuchma. That is why we made a declaration that we would not participate in such coalition under any circumstances.”⁴

Finalmente, em 22 de junho, uma coalizão é proclamada entre o “Nossa Ucrânia”, o BYuT e o SPU. Formalmente, os membros da coalizão acordaram a proposição da candidatura de Yulia Tymoshenko para o cargo de

⁴ Declaração reproduzida do site da BBC, <<http://www.bbc.com>>. Acessado em: 29 abr. 2006.

primeira-ministra. Todavia, isso não viria a encerrar o período conturbado do cenário político ucraniano.

No dia 27, representantes do Partido das Regiões promoveram o bloqueio do Parlamento e um ultimato para que a eleição dos órgãos principais do Parlamento e do Gabinete de Ministros e a distribuição dos comitês parlamentares seguissem as diretrizes constitucionais e as normativas do Parlamento. Caso as demandas do Partido das Regiões não fossem atendidas, o Parlamento permaneceria bloqueado. No mesmo dia, durante o encontro geral entre membros das facções políticas que formam a coalizão, foi acordada a votação em conjunto dos cargos de primeiro-ministro e de presidente do Parlamento, algo que ia de encontro aos interesses do Partido das Regiões. Além disso, o bloco laranja decidiu pela candidatura de Yulia Tymoshenko e Petro Poroshenko, do “Nossa Ucrânia”, para os cargos de primeira-ministra e presidente do Parlamento, respectivamente.

Enquanto continuava o bloqueio do Parlamento por parte de membros do Partido das Regiões, além de membros do Partido Comunista, nova polêmica surge então entre as facções que constituem a coalizão. No dia 29 de junho de 2006, o líder do SPU, Oleksandr Moroz, declara que o “Nosso Ucrânia” deve desistir da candidatura de Poroshenko para a presidência do Parlamento, baseando-se na idéia de que o convívio de Tymoshenko e Poroshenko seria tenso em virtude dos problemas existentes entre os dois no passado e que culminaram na saída de Tymoshenko do cargo de primeira-ministra em setembro de 2005. No momento em que este artigo foi concluído, tanto a realização de um acordo entre a coalizão e a oposição, que permita o desbloqueio do Parlamento, quanto a resolução em torno da questão da candidatura de Poroshenko para o cargo de presidente do Parlamento não foram concluídas. No entanto, há ainda outros fatos que vêm ocorrendo durante as discussões supracitadas e que devem ser mencionadas.

Primeiramente, é preciso citar que os problemas em torno do gás continuam. Representantes da Gazprom afirmam estar esperando a situação em torno da configuração do governo ucraniano ser solucionado para que negociações possam ser retomadas. O que acontece é que, com a proximidade do inverno, os reservatórios ucranianos precisam ser abastecidos. Até 15 de junho de 2006, apenas 3,6 bilhões de metros cúbicos de gás haviam sido bombeados para os reservatórios ucranianos, e se temia que, se o inverno seguinte fosse tão rigoroso como o de 2005, seria necessário um volume de 18 a 20 bilhões de metros cúbicos de gás, a fim de suprir as demandas energéticas ucranianas. Todavia, segundo a Gazprom, o débito ucraniano já chega a

casa de US\$ 370 milhões, quantia que a Naftogaz deve à Rosukrenergo e esta, por sua vez, deve à Gazprom.

Com o intuito de resolver esse impasse, duas propostas foram levantadas. A primeira seria que a Naftogaz comprasse de forma independente o gás necessário da Gazprom ou da Rosukrenergo e o bombeasse para os armazéns subterrâneos. A segunda seria que a Ukgazenergo ou a Rosukrenergo comprasse o gás da Gazprom, armazenasse-o e depois o vendesse à empresa Gazexport. De qualquer maneira, a Gazprom estaria servindo de mediadora em negociações entre a Ucrânia e os bancos europeus para que esse país obtivesse empréstimos e pudesse pagar seu débito em relação ao gás.

Ainda, em virtude da “crise do gás” em que a Rússia cortou o seu fornecimento à Ucrânia, o que gerou a queda nas reservas energéticas de países europeus, continuam as negociações em torno da construção do Gasoduto no Norte da Europa, que deve ser construído pela empresa russa Gazprom e pelas empresas alemãs E.ON e BASF, e visa fornecer gás russo à Europa sem passar pela Ucrânia. Ademais, a União Européia vem estimulando os países vizinhos, inclusive a Ucrânia, a aprovar leis que permitam sua entrada no mercado integrado de energia. Cabe destacar que a Comissão Européia recomendou ao Conselho Europeu que incluía a questão da energética num futuro tratado bilateral a ser assinado com a Ucrânia.

Outra questão relevante, ainda concernente ao gás, surge com o anúncio por parte do Turcomenistão de que, no segundo semestre de 2006, o preço do gás fornecido por esse país à Ucrânia deveria ser aumentado, o que faria com que o preço final por 1.000 metros cúbicos fosse elevado para um valor entre US\$ 110 e US\$ 125 para a Ucrânia. Após negociações entre os dois países, a Ucrânia, contudo, conseguiu a manutenção de um preço final de US\$ 95 por 1.000 metros cúbicos de gás consumido no país para o terceiro trimestre de 2006. Cabe destacar ainda que, apesar da presença bielorrussa na esfera de influência russa, a Gazprom anunciou, no final de junho, que terá de elevar pela quarta vez o preço cobrado pelo gás vendido à Bielorrússia, chegando a um preço de US\$ 200 por 1.000 metros cúbicos. Isso teve repercussões bastante negativas nas relações de proximidade entre os governos da Rússia e da Bielorrússia.

Finalmente, um último fato que pode ser destacado durante esse período conturbado no cenário político ucraniano diz respeito ao julgamento dos dois cidadãos russos que haviam tentado realizar um atentado com um carro-bomba contra membros do bloco laranja nas eleições de 2004. A Corte de Apelação de Kiev estabeleceu pena de quatro anos de prisão para um dos acusados e de seis anos para o outro.

Com base no que foi apresentado nesta seção, há algumas questões importantes que devem ser destacadas. Primeiramente, apesar do confuso processo político pelo qual vem passando a Ucrânia, o que se vê é um país que vem consolidando um pensamento político democrático e que busca a geração de consenso. Esse elemento, fruto de um processo desencadeado pela Revolução Laranja de 2004, é um exemplo para as ex-repúblicas soviéticas que pretendem desenvolver sua estrutura democrática de governo.

Em segundo lugar, destaca-se que, apesar da existência de divergências, o bloco laranja vem conseguindo retomar a união que permitiu o desencadeamento da Revolução Laranja. Assim, embora existam divergências em questões pontuais, a postura externa do país deve continuar na mesma linha de atuação que vem seguindo desde a ascensão de Yushchenko à Presidência.

Outra questão que se deve apontar concerne ao problema do gás. De fato essa parece ser um assunto que ainda deve demandar intensas negociações. Destaca-se que, com tudo isso, a Rússia está cada vez mais em desavença com antigos aliados e vem estimulando uma ação mais ativa da União Européia de estender sua influência na região, a fim de garantir seus interesses energéticos. A questão do gás é um tema extremamente relevante no cenário europeu e merece ser observado com atenção.

Conclusão

Ao longo deste artigo, buscou-se apresentar a história recente (até meados de 2006) ucraniana, com o propósito de permitir a compreensão de como a revolução interna nesse país vem propiciando uma mudança de sua postura internacional. Nesse contexto, as eleições parlamentares ucranianas ocorridas no mês de março de 2006 e a negociação para a formação de uma coalizão no Parlamento que vai formar o governo ucraniano adquirem dimensão internacional.

É interessante notar que um processo histórico que, como se buscou provar, tem tantas implicações na área das relações internacionais possa muitas vezes passar quase despercebido entre aqueles que se propõem a estudar fenômenos que tenham relevância internacional. Dessa maneira, o intento deste artigo foi apresentar um tema que, apesar de rico em complexidade, se encontra alheio à atenção, principalmente dos estudantes de Relações Internacionais, e, por gerar implicações concretas relevantes, merece ser destacado.

A Revolução Laranja de 2004 gerou mudança no paradigma de política externa da Ucrânia, fazendo esse país buscar a realização de uma série de

objetivos que geram conseqüências relevantes internacionalmente. Apesar de ainda configurar-se como um parceiro importante do Estado ucraniano, a Rússia foi a principal afetada por essa mudança de postura ucraniana e resiste em aceitar a perda de influência sobre a antiga “parceira” e a existência de projetos de cooperação entre ex-repúblicas soviéticas sem sua liderança. Por outro lado, os EUA e, principalmente, a União Européia, os quais possuem interesses concretos em relação à Ucrânia, aproveitam o momento para a conquista de um novo parceiro econômico e político.

Portanto, a partir do momento em que ocorrem eleições parlamentares na Ucrânia que podem significar a continuidade ou alteração desse paradigma de política externa iniciado com a Revolução Laranja, um paradigma que, como se apresentou, gera conseqüências importantes no âmbito internacional, este tema pode ser visto como de extrema relevância nas relações internacionais contemporâneas e que deve ser observado com atenção.

Abstract

The first post-Orange Revolution parliamentary elections in Ukraine occurred in the end of March, 2006. This article aims to discuss the international relevance of those elections' outcome and of the consequent coalition formation, which will determine the Ukrainian government's future configuration. After the Orange Revolution, the resulting scenario of those parliamentary elections has generated important effects to Ukraine as well to other actors, such as Russia and the European Union, which maintain relations with the country, turning the matter into a relevant issue of contemporary international relations.

Key words: Ukraine; Orange Revolution; Parliamentary elections; Gas War; Russia; European Union

Referências

KARATNYCKY, Adrian. Ukraine's orange revolution. *Foreign Affairs*, v. 84, n. 2, p. 35-52, Mar./Apr. 2005.

KUZIO, Taras. Russian policy toward Ukraine during elections. *Demokratizatsiya*, v. 13, n. 4, p. 491-517, Fall 2005.

STEPANENKO, Viktor. How Ukrainians view their orange revolution: public opinion and the national peculiarities of citizenry political activities. *Demokratizatsiya*, v. 13, n. 4, p. 595-616, Fall 2005.

Site da BBC: www.bbc.com, acessado em 29/4/2006.

Site do El Pais: www.elpais.es, acessado em 29/4/06.

Site do Kyiv Post: www.kyivpost.com, acessado em 29/4/2006.

Site da Russian News & Information Agency Novosti, acessado em 1/5/06.

Site Ukraine Now: www.ukrnow.com, acessado em 1/5/06.

Site do Ukrayinska Pravda: www.pravda.com.ua/en/, acessado em 29/4/06, 20/6/06 e 3/7/06.